

REIVINDICAÇÃO

Maurizan cobra recuperação da iluminação no Jardim dos Ipês

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Maurizan Godoi (PSD) voltou a cobrar da Prefeitura Municipal a recuperação da rede de iluminação pública do Jardim dos Ipês. O vereador disse que é preciso que o Poder Público Municipal faça a imediata substituição das lâmpadas queimadas na rede de iluminação em todo o bairro. O pedido, conta o parlamentar, vem sendo reiterado pelos moradores que reclamam falta de segurança e até mesmo o risco de acidentes nos cruzamentos não ilumina-

nados. “A substituição destas lâmpadas é um fator indispensável, para os moradores que com a ausência de luz ficam a mercê de pessoas mal intencionadas e correm risco de vida enquanto circulam a noite”, reclama o vereador Maurizan ao lembrar que a rede de iluminação precisa de manutenção frequente, o que deve ser feito pelo poder público municipal, que cobra a taxa de iluminação.

Maurizan cita como exemplo a falta de iluminação na Avenida das Amoreiras e na Rua Jequitibá. “Todo o bairro precisa de uma revisão geral, mas estas

duas vias estão em situação precária”, lembra o vereador ao citar que a avenida é uma das principais vias de acesso ao Bairro, com grande e intensa movimentação de veículos.

EVITAR ACIDENTES – Maurizan diz que a manutenção da iluminação melhora também a visibilidade de condutores de veículos, motos e bicicletas, evitando assim acidentes. “Sabemos da competência dos servidores da Secretaria de Infraestrutura e sabemos que é preciso uma decisão política do secretário, então estamos cobrando”, afirma o vereador.



O vereador disse que é preciso que o Poder Público Municipal faça a imediata substituição

TAPA BURACOS



“Alguma coisa precisa ser feita, urgentemente”

Niltinho volta a solicitar recuperação de ruas

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Nilton Dala Pria (PMDB) solicitou do prefeito Fabio Junqueira (PMDB) a recuperação das ruas pavimentadas. O vereador conta que com o início do período chuvoso as ruas têm apresentado problemas e a população tem clamado por uma ação efetiva por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

“Alguma coisa precisa ser feita, urgentemente, para atender a nossa população que pede ajuda dos vereadores para sensibilizar o prefeito. As chuvas começaram e os buracos no asfalto estão

aparecendo a todo momento, causando prejuízos, danificando os veículos e o poder público tem que socorrer nossa população”, explica o vereador Niltinho do Lanche.

Niltinho cita como exemplo a Rua L, esquina com a Rua 100, no Jardim Tarumã. Lá, conta o vereador, os moradores pedem que a Prefeitura tape os buracos e faça o recapeamento com lama asfáltica. “A localidade que possui um tráfego intenso, especialmente de veículos pesados como caminhões e ônibus e os moradores vêm reclamando constantemente, pedindo a conservação do asfalto”, defende Niltinho do Lanche.

MARCO REGULATÓRIO

Prefeito assina decreto regulamentando parceria com terceiro setor



Documento foi assinado nesta quinta-feira, durante reunião com representantes do Terceiro Setor

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

Buscando estabelecer o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos; assim como para definir diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com essas organizações, que o prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira (PMDB), assinou na manhã desta quinta-feira, 22, o Decreto Municipal nº 441.

O documento foi produzido de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conhecido como o novo ‘Marco Regulatório do Terceiro Setor’. “A Lei Federal estabeleceu um prazo para que os demais entes da federação regulamentassem a lei das organizações do terceiro setor. O prazo é então até o encerramento deste exercício, pois em 2017 os convênios, contratos e parcerias já terão que observar exatamente as regras dessa lei”, explicou o prefeito. “De uma forma geral essa regulamentação passa a nos dar suporte para um controle maior sob os contratos e parcerias com as entidades”.

De acordo com o secretário Municipal de Assistência Social, Aginaldo Garrido, o que mudou com o novo ‘marco’ foi o uso de convênios para formalizar parcerias entre as entidades e o poder público. O convênio entre o Estado e o Terceiro Setor será agora substituído por termos de colaboração e de fomento. “A gente sai de uma forma convencional, utilizando outros termos e outras formas de se relacionar de forma tanto financeiro, como de cooperação técnica”, explica. “Elaboramos a instrução normativa de como as entidades terão que proceder em relação ao orçamento, a prestação de contas, o que

eles passam a ter direito, o que eles tem que regulamentar perante aos conselhos (...) então estamos chamando para dar publicidade, para dizer que Tangará já está regulamentado, e que a partir de janeiro as instituições também tem que se reorganizar para poder receber recurso financeiro do Poder Público, seja Municipal, Estadual ou Federal”.

Uma cópia de todo o material foi entregue aos representantes das entidades presentes, entre eles Apae, Lar do Idoso, Casa da Criança, Casa do Adolescente, Associação Fonte de Luz e Projeto Estrela da Serra.